

COMUNIDADES LITORÂNEAS AFETADAS PELA PESCA COM EXPLOSIVOS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS – BA: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL¹

*Terencio Rebello de Aguiar Junior**
*Eduardo José dos Reis Dias***

* Licenciado em Ciências Biológicas pelas Faculdades Jorge Amado. E-mail: junior_biologia@yahoo.com.br

** Doutor em Ecologia e Professor do Curso de Ciências Biológicas das Faculdades Jorge Amado. E-mail: ejrdias@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo gerar subsídios ao combate da pesca com bomba, a partir da identificação de fatores e eventos relacionados a essa atividade em comunidades de pescadores de povoados na Baía de Todos os Santos. Foi utilizado o método de pesquisa exploratória. Os pescadores entrevistados residem nos povoados de Salina das Margaridas, Salvador, Gameleira e Bom Despacho, Porto Santo, Manguinhos e Amoreiras, da Ilha de Itaparica, estado da Bahia. Os pescadores entrevistados alegam não receber qualquer tipo de financiamento público. Um estudo mais elaborado sobre os danos provocados pela pesca com bomba e levantar os possíveis fatores que levam os pescadores à utilização desta prática ilegal e não da pesca sustentável, faz-se necessário.

Palavras-chave: Pesca com explosivos; Ecossistema Marinho; Educação Ambiental; Ictiofauna; Baía de Todos os Santos.

Abstract: The present work has as objective generating subsidies to the combat against fishing with bomb, starting with the identification of factors and events related to that activity in communities of fishermen in the villages of Todos os Santos Bay. The method of exploratory research was used. The fishermen interviewed live in the villages of Salinas das Margaridas, Salvador, Gameleira, Bom Despacho, Porto Santo, Manguinhos and Amoreiras, on the Island of Itaparica, state of Bahia. The fishermen interviewed assert that they do not receive any type of public subsidy. A deeper work about the damages caused by the fishing with bomb and the possible factors that make fishermen use this illegal practice, instead of the sustainable fishing, is necessary.

Keywords: Fishing with explosives, Sea ecosystem, Environmental education, Ictiofauna, Todos os Santos Bay.

Introdução

A pesca predatória com explosivos é considerada ato ilícito no âmbito da legislação federal, estadual e municipal. A lei federal 7.653/88 dispõe sobre a proteção à fauna, com pena prevista de até três anos de reclusão. A Constituição do Estado da Bahia, no seu Capítulo IV, da política pesqueira, Art. 197, trata de forma genérica a pesca predatória, sem definição de seus tipos ou modalidades. O Código Municipal do Meio Ambiente, Art. 171, prevê ações contra a pesca predatória e similares.

Pescar significa: retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes animais e vegetais do seu ambiente natural. Se utilizados artefatos inadequados para a sua realização e se for efetivada em períodos ou lugares proibidos pelos órgãos competentes, é ilegal (Lei 9.605, de 2002).

¹ Trabalho desenvolvido como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), no período de 01/10/2006 a 01/09/2007, como parte do projeto "Impacto da pesca com explosivos no ecossistema marinho da Praia do Cantagalo à Praia do Roma, Salvador-Bahia: um projeto de pesquisa e educação ambiental", orientado pelo Prof. Dr. Eduardo Dias.

A pesca com bombas no Brasil é uma prática secular, registrada desde o século XIX (ALVES et al., 2002). Observam-se na Baía da Guanabara e no litoral do Estado do Rio de Janeiro as primeiras reclamações e solicitações para intervenção dos poderes constituídos, visando à defesa do ambiente. Outros registros vão sendo acrescentados ao longo do século XX, inclusive em rios da Mata Atlântica (ALVES et al., 2002). Na Bahia, Pinto (1935) registrou a existência de pesca com explosivos, em 1935, na praia do Suapé, na ilha de Madre de Deus, Baía de Todos os Santos (BTS). Segundo este autor, as bombas eram lançadas pelos “poderosos” que veraneavam no local, sendo que o incremento da pobreza nas regiões litorâneas, bem como a chegada de populações alheias à prática de pescarias tradicionais nesses ambientes, inclusive manguezais, contribuíram para que as bombas fossem disseminadas, praticamente em todo o litoral brasileiro.

As principais conseqüências para o ambiente desta prática danosa de pesca incluem quebra da cadeia alimentar e a diminuição paulatina dos estoques de pescado. Adicionalmente, podem contribuir para o surgimento de rachaduras em muros e paredes de casas, afetando patrimônios públicos. No ser humano provoca surdez, cegueira, mutilações e até a morte dos usuários (LULA, 1996).

Na Bahia o primeiro registro de acidente com explosivo, mutilando pescadores, aconteceu em 1953 na Ilha de Maré. A partir da década de 80 a imprensa começa a divulgar registros de acidentes, ressaltando riscos e prejuízos da pesca com explosivos (LULA, 1996). Nos últimos cinco anos, a produção marinha tem caído bastante por causa das atividades predatórias (e.g. pesca com explosivos, rede de arrasto) e pesca comercial, uma vez que grandes barcos que vêm do Rio Grande do Norte e de outros países pescam indiscriminadamente no nosso território (GERAQUE, 2005).

Como resultado de um amplo estudo realizado durante os últimos dez anos em toda a costa brasileira, concluiu-se que as características tropicais e subtropicais determinam uma produção biológica de magnitude apenas modesta para as águas brasileiras (GERAQUE, 2005). Este estudo de longa duração foi denominado de Programa de Levantamento Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE). Os dados deste programa mostraram que ações mais efetivas no controle do esforço pesqueiro são essenciais. Todos os trabalhos científicos e análises, reunidos em diversos relatórios, são categóricos: salvo poucas exceções, a pesca na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil, faixa de 350 km a partir da costa, está sendo feita de forma insustentável.

O Revizee mostra com clareza a inexistência de estoques de pescado capazes de gerar ou sustentar um aumento significativo da produção. Os recursos tradicionais apresentam biomassas muito reduzidas (ROSANGELA, 2000).

O objetivo desse trabalho é gerar subsídios ao combate da pesca com bomba, a partir da identificação de fatores e eventos relacionados a essa atividade em comunidades de pescadores de povoados na Baía de Todos os Santos.

Material e Métodos

Para obtenção dos dados para análise da questão-problema foi utilizado o método de pesquisa exploratória, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, tendo por referência um roteiro de entrevistas, nas comunidades de pescadores nos povoados de Gameleira, Bom Despacho, Porto Santo, Mangueiros e Amoreiras, do município de Itaparica, bem como nos municípios de Salina das Margaridas e Salvador, que são os locais com os maiores registros da utilização de explosivos em atividade de pesca.

Foram entrevistados 120 pescadores, 20 em cada povoado escolhido, de setembro a outubro de 2006.

Resultados e Discussão

Do total de entrevistados 48% possuíam idade entre 40 a 52 anos, 12% tinham 58 a 65 anos, e 40% 12 a 40 anos. Cerca de 48% dos pescadores vivem exclusivamente da pesca e 52% dependem economicamente desta e de outras atividades, trabalhando principalmente como açougueiros, aposentados, donos de estabelecimentos comerciais e pedreiros. Quanto ao nível de escolaridade, 12% concluíram o 2º grau, 68% possuem o 1º grau incompleto e 20% não foram alfabetizados. A média da renda familiar dos entrevistados é de aproximadamente R\$ 450,00, sendo que nenhum deles nunca recebeu qualquer tipo de financiamento público.

Quando perguntados se a quantidade de peixe capturada antes é a mesma dos dias de hoje 100% dos pescadores entrevistados afirmaram que não, afirmando que a quantidade de peixe vem diminuindo muito e de forma rápida. Os mais idosos (faixa etária de 58 a 65 anos) correspondendo a 12% dos entrevistados, afirmam que, antigamente, eles chegavam a capturar cerca de 400 kg de pescado em um dia e hoje eles levam até quatro dias para pegar 100 kg.

De acordo com os questionários foram identificadas algumas técnicas de pesca adotadas na região que são danosas ao meio ambiente: (i) a pesca com bomba, citada por 68% dos entrevistados; (ii) a rede de malha fina, 22%, (iii) a pesca com rede de arrasto, 8%; e (iv) a pesca com venenos vegetais naturais, 2%. Do total de entrevistados, 22 pescadores (18,3%) admitiram já ter pescado com bomba e 8 pescadores (6,7%) ser bombistas, afirmando que a pesca com bomba é muito mais rentável se comparada à pesca tradicional, o que os leva a não pretender abandonar esse tipo de pesca.

A proibição da prática de pesca com explosivos, bem como de determinados aparelhos de pesca, baseia-se no fato dos mesmos não serem seletivos na captura quanto à quantidade e tamanho das espécies. Os plânctons (fito e zôo), néctons e bentos são todos eles alvos das ondas de choque de um explosivo, o que provoca a diminuição de organismos na fauna marinha.

A captura de indivíduos de tamanho abaixo daquele considerado como de primeira maturação sexual representa um risco para a garantia de perpetuação das espécies (VAZZOLER, 1993). O tamanho

da primeira maturação sexual é aquele com o qual as populações das diferentes espécies começam a reproduzir-se. A captura de indivíduos com tamanho inferior ao da primeira maturação impede a sua reprodução e a renovação periódica (anual) dos estoques, chamado de recrutamento.

Apesar da pesca com bomba ser considerada ato ilícito no âmbito da legislação federal, estadual e municipal, o município de Salinas da Margarida é um dos principais fatores geradores desta verdadeira “explosão de problemas”, driblando a fiscalização do IBAMA e causando complicações ecológicas, sociais e arquitetônicas para a região.

Embora os bombistas utilizem como argumentos para a prática de pesca com explosivos o aumento da produtividade do pescado, o aumento da renda familiar e a ausência de financiamento para atividades pesqueiras, os impactos desta prática têm profundas conseqüências ambientais, de natureza biológica e econômico-social. Os impactos de natureza biológica são a destruição da fauna e da flora, levando à quebra da cadeia alimentar; os danos ao patrimônio natural, representado por mangues, praias e recifes de coral; a redução da quantidade de peixes (no Brasil mais de 80% dos estoques pesqueiros estão esgotados ou super-explorados) e os danos à saúde (mutilação, morte, surdez e cegueira) de banhistas, mergulhadores e dos próprios bombistas, em conseqüência das ondas de choque provenientes da explosão. Os prejuízos de ordem econômico-social são: a baixa produtividade, o declínio da pesca, a redução do potencial de trabalho (mutilação) e os danos ao patrimônio público e privado.

A melhoria da qualidade de vida é uma responsabilidade conjunta dos poderes públicos, entidades privadas, dos cidadãos e da sociedade como um todo (OSKAMP, 2000). A sustentabilidade das ações e a potencialização das intervenções do poder público (como financiamentos aos pescadores e maior fiscalização) pressupõem um comprometimento da comunidade diretamente atingida, único agente capaz de, no seu cotidiano, desenvolver ações que possam multiplicar e potencializar os investimentos realizados.

Ações interinstitucionais e intermunicipais na proposição de estratégias para gestão integrada são necessárias, podendo inclusive subsidiar os trabalhos em educação ambiental, na perspectiva de construções participativas, evitando-se os modelos impositivos, entendidos como geradores de conflitos e de descrédito aos trabalhos que visam acabar com a prática criminosa da pesca com bombas na BTS.

Inclusão social, inclusão ambiental e ações localizadas, respeitando-se a diversidade cultural e social da BTS, nos parecem ser um novo caminho para eliminar a pesca com bombas do nosso ambiente, sendo imprescindível, igualmente, socializar a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605) e garantir a aplicação de estratégias de educação ambiental baseadas na PNEA (Lei 9795).

Para se tentar combater a pesca com bomba na BTS, a partir da percepção das comunidades tradicionais, recomenda-se:

1) Fiscalização: a construção de postos ao longo da BTS, que permitam o levantamento dos horários em que essa atividade é mais freqüente e a identificação dos praticantes.

- 2) Melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras, com financiamento de materiais de pesca e incentivo a outras opções de subsistência.
- 3) Um estudo mais elaborado sobre os danos provocados pela pesca com bomba, com levantamento dos possíveis fatores que levam os pescadores à utilização desta prática ilegal, e não da pesca sustentável.
- 4) Realização de campanhas educativas, com distribuição de panfletos e/ou cartilhas abordando esse tema, e desenvolvimento de oficinas de percepção ambiental.

Referências

- ALVES, M. C. et al. **Ocorrência de práticas de pesca sustentável na comunidade pesqueira de Pontas de Pedra, Goiânia, Pernambuco, Brasil - Métodos de investigação científica – CCB.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- GERAQUE, S. **A exuberante fauna marinha brasileira.** São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu de Zoologia, 2005.
- LULA, A. **Pesca predatória com uso de explosivos na Baía de Todos os Santos.** Salvador: UFBA. 1996 (Monografia Bacharelado em Ciências Biológicas).
- OSKAMP, S. A sustainable future for humanity? **American Psychologist**, v. 55, p. 496-508, 2000.
- ROSANGELA, L. **Guia de identificação de peixes marinhos da região Nordeste**, Programa REVIZEE/SCORE-NE (1995-2000).
- VAZZOLER, A. E. A. M. Ecologia de peixes marinhos do Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 10, 1993, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1993. p. 264-286.